

Chega de contratações precárias!

A Constituição de 1988 prevê que toda contratação feita pelo setor público deva dar-se sob a forma de concurso público. Apesar disso, as universidades paulistas têm driblado essa exigência constitucional, com graves prejuízos a pessoas e instituições. No caso da USP, uma das formas de burlar aquela exigência constitucional é a contratação de docentes por processos seletivos (e não concursos), criando a figura do precário.

A Adusp tem lutado contra isso. Conseguiu, na gestão anterior da Reitoria, que o problema fosse amenizado com a realização de diversos concursos. Entretanto, há ainda várias centenas de professores precários na USP e muitas unidades mantêm a prática de contratação por processos seletivos, apesar de haver vagas suficientes para a realização de concursos.

Essa prática precisa acabar. As unidades e a Reitoria (que é a responsável legal pelas contratações) precisam passar a adotar única e exclusivamente a contratação por concursos públicos. Repita-se: há vagas suficientes para isso.

Para intensificar a campanha contra as contratações de precários na USP, a Adusp pretende realizar reuniões abertas com docentes precários (e outros preocupados com a situação) para cobrar da Reitoria uma posição clara sobre o problema e um cronograma para resolvê-lo. O assunto estará na pauta da próxima reunião do Conselho de Representantes.

Cruesp agenda reunião de negociação para 13/9

O Cruesp respondeu à solicitação do Fórum das Seis e marcou para o dia 9/9, às 15 horas, na Reitoria da Unesp, a reunião da Comissão de Acompanhamento de Verbas e Salários, composta pelos representan-

tes do Fórum e do Cruesp. Foi agendada também a reunião de negociação entre o Cruesp e o Fórum, no dia 13/9, às 15 horas, no mesmo local.

Na pauta destas reuniões, respectivamente, a evolução

do ICMS e as perspectivas de revisão salarial em outubro, e a questão da reposição de professores e funcionários nas três universidades estaduais, além da questão dos reajustes salariais do Centro Paula Souza.

O Fórum tem reuniões previstas para estas mesmas datas, às 10 horas, na sede da Adusp. Na ocasião, além dos temas já mencionados, será avaliada a questão da criação de novas unidades na Unesp (veja matéria na p. 3).

Cancelado o debate com candidatos ao governo previsto para 10/9

O Fórum das Seis resolveu cancelar o debate entre os candidatos ao governo que seria realizado no dia 10/9, uma vez que, até o dia 4/9, somente cinco, dos 15 candidatos ao governo do Estado, haviam confirmado comparecimento: Dirceu Travesso, PSTU; Levy Fidelix, PRTB; Anaí Caproni, PCO; Antonio Cabrera, PTB; e Luiz Marinho, candidato a vice na chapa do PT, representando José Genoíno.

NOTAS DO JURÍDICO

Ministério Público questiona contratações irregulares e cursos pagos em universidades públicas

O Ministério Público do Trabalho da 15^a Região, por provocação do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), ingressou com Ação Civil Pública, com pedido liminar, contra a Unicamp, em junho do corrente ano, a fim de pleitear que esta universidade se abstenha de contratar trabalhadores sem prévia aprovação em concurso público; se abstenha de realizar concurso interno, inclusive desvio de função de seus empregados; se abstenha de utilizar estudantes bolsistas em atividades que devam ser desenvolvidas por seus próprios empregados; e promova o imediato desligamento dos trabalhadores contratados sem concurso público após 05/10/1988, declarando-se a nulidade desses contratos.

• O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro propôs Ação Civil Pública, com pedido liminar, em abril de 2001, contra a União, a Fundação Capes, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Fundação IBGE para que a UFF, UFRRJ e IBGE se abstenham de realizar qualquer cobrança aos seus alunos dos cursos de mestrado profissionalizante; que a União e a Capes passem a fiscalizar a cobrança desses valores em instituições públicas de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, coibindo e reprimindo quando não forem oferecidos de forma gratuita.

A Justiça Federal do Rio de Janeiro já se manifestou concedendo liminar favorável ao Ministério Público, contra a cobrança de valores nestes

cursos até decisão final da ação, considerando que os mestrados profissionalizantes não constituem solução para resolver a escassez de recursos das instituições públicas (ver *Informativo Adusp* 122).

• O Ministério Público Federal de São Paulo, em 2002, em razão de solicitação proveniente do Rio de Janeiro, iniciou apuração da cobrança de valores de cursos de mestrados profissionalizantes nas universidades federais de São Paulo para eventual promoção de Ação Civil Pública.

• O Ministério Público Federal do Ceará ingressou em julho de 2002 com Ação Civil Pública, com pedido liminar, contra a Universidade Federal do Ceará, para que esta deixe de oferecer e realizar cursos de pós-

graduação *lato* ou *stricto sensu*, dentro ou fora de suas instalações, mediante cobrança de mensalidades, ou ainda com outras entidades civis, pessoas jurídicas de direito privado, que não tenham atribuições legais de promover o aperfeiçoamento institucional de seus integrantes; não utilizar em cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* professores sem vínculo com a Universidade; somente utilizar professores em regime de dedicação exclusiva nos cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* desde que eles não mantenham vínculo jurídico de qualquer natureza com pessoas jurídicas de direito privado; devolver todos os valores que foram pagos aos alunos a título de mensalidades após ajuizamento da ação civil pública.

DCE organiza seminário

“Democracia... presente de grego?”

O DCE-USP organiza na semana de 9/9 a 13/9 o seminário “Democracia... presente de grego?”. Será um evento por dia, nos quais se discutirá desde a relação entre o poder financeiro e a democracia até as eleições no Brasil. Entre os participantes já confirmados estão Maria Célia Paoli, Cícero Araújo, Osvaldo Coggiola, Pablo Ortellado, Paulo Limonge, Paul Singer e Paulo de Tarso.

As datas do seminário:

9/9 • 18h00: *Democracia... presente de grego?*
Anfiteatro Camargó Guarnieri

10/9 • 18h00: *Estado entre a Participação e a Representação*
Auditório FEA-5

11/9 • 18h00: *Poder Financeiro e Democracia*
FFLCH Anfiteatro da História/Geografia

12/9 • 12h00: *Mídia e Democracia*
ECA Auditório Lupe Cotrim

13/9 • 8h00: *Democracia no Brasil e as Eleições*
Anfiteatro da FAU

Apuração parcial do Plebiscito sobre a Alca na USP já tem 11 mil votos

O Plebiscito Nacional sobre a Alca foi realizado durante a semana de 1/9 a 7/9, fazendo à população brasileira as seguintes perguntas: “O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?”, “O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?”, “O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território — a Base de Alcântara — para controle militar dos Estados Unidos?”

Na USP, o Plebiscito realizou-se antecipadamente, de 26 a 31/8, uma vez que na primeira semana de setembro ocorre o recesso escolar da Semana da Pátria. Até 6/9, a apuração era parcial. Foram apurados 11.110 votos, a maioria dos quais respondeu “não” às três perguntas.

À primeira pergunta, sobre assinar o tratado, 10.222 responderam “não” e 627 “sim”, havendo 207 votos em branco e 54 anulados. À segunda, sobre continuar participando das negociações, 7.986 responderam “não” e 2.852 “sim”, havendo 231 votos em branco e 41 nulos.

A última pergunta, sobre a cessão da Base de Alcântara (Maranhão) aos Estados Unidos, teve o maior número de pessoas que votaram “não”, 10.564, contra 209 que votaram “sim”. Foram 283 votos em branco e 54 nulos.

Unesp aprova expansão precária

O Conselho Universitário da Unesp aprovou no dia 29/8, em Aracatuba, por 34 votos a favor, 24 contra e sete abstenções, a criação de oito novas unidades, que poderão vir a tornar-se novos campi, nas cidades de Registro, Rosana, Itapeva, Sorocaba, Dracena, Ourinhos, Tupã e Iperó, nesta ordem de prioridades. A aprovação por pequena margem reflete a inconformidade da comunidade da Unesp com um projeto caracterizado pela precariedade e acusado de fins eleitoreiros.

Os estudantes voltaram a protestar contra a aprovação do projeto, que não cumpriu os trâmites requeridos pelo estatuto da Unesp. Uma tropa de choque da Polícia Militar e contingentes da Guarda Municipal, postados no interior do campus, impediram a entrada dos cerca de 400 manifestantes. Finalmente,

cinco alunos tiveram permissão para entrar no local da reunião do CO e ler uma carta pedindo que o projeto fosse submetido a debate.

“Custos baixos”

O projeto define que as novas unidades, denominadas “diferenciadas”, deverão ser “organizadas acadêmica e administrativamente de modo conciso, mantidas em parceria com municípios ou consórcio de municípios e administradas a custos baixos” (Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Programa de Ampliação de Vagas da Unesp, 19/3/02).

As parcerias com os municípios serão objeto de convênios. No entanto, “o não cumprimento das obrigações, por qualquer dos convenientes, implicará denúncia do convênio e extinção da parceria”. Neste caso, haverá provavelmente prejuí-

zos para os alunos, além de risco de perda de emprego para os docentes e o pessoal técnico-administrativo contratados para as respectivas unidades.

Rescisão contratual

Isso porque, em “razão de seu caráter transitório, até que as unidades diferenciadas sejam consolidadas como novos campi, com as devidas alterações estatutárias, a admissão de pessoal docente e de pessoal técnico e administrativo deverá ser feita no regime da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT”. Além disso, os “contratos de trabalho deverão ter cláusula expressa de rescisão contratual no caso de extinção ou desativação da unidade diferenciada”, segundo o Relatório citado, disponível no site da Unesp.

A localização das novas unidades também é po-

lêmica. Um dos critérios adotados para a escolha das cidades que as abrigarão é a chamada “disposição cooperativa”, que inclui “indicadores subjetivos”.

O critério de “disposição cooperativa” é definido, no Relatório, como “o conjunto de indicadores que mostram as possibilidades reais de cooperação do município ou conjunto de municípios na implantação de um curso ou campus”, ou seja, “a potencialidade de cooperação oferecida de forma comprovada, fruto de indicadores objetivos (instalações, equipamentos, recursos humanos, p.ex.), bem como de indicadores subjetivos aferidos pela equipe de pesquisa nas visitas, através de entrevistas com autoridades municipais e informações complementares com funcionários e agentes políticos do município”.

Adusp aguarda esclarecimentos da Reitoria sobre ato arbitrário da Guarda Universitária

O presidente da Adusp, professor Ciro Correia, enviou ofício ao reitor José Adolpho Melfi, em 14/8, solicitando-lhe esclarecimentos sobre um novo incidente envolvendo a Guarda Universitária em atividades que lhe deveriam ser completamente estranhas, durante a greve dos estudantes da FFLCH.

No ofício, a Adusp considera que o incidente, ocorrido em 9/8, traz implicações para a democracia interna da USP, e informa que há relatos de estudantes sobre atuação indevida da Guarda. A seguir, a íntegra do texto enviado ao Reitor:

“Tivemos conhecimento de que no dia 9/8 ocorreu o seguinte incidente envolvendo a Guarda Universitária, incidente que reputamos grave por suas implicações

para a democracia interna desta Universidade.

Uma equipe da TV Bandeirantes, que se deslocara para o campus da Capital para fazer reportagem sobre a greve dos estudantes da FFLCH, foi interpelada por agentes da Guarda. Primeiro, teriam impedido que o cinegrafista tomasse imagens, alegando a necessidade de autorização. Segundo o relato do repórter, ele foi instado a manter contato telefônico com um certo Noronha, apresentado como chefe da Guarda.

Noronha, ainda de acordo com o relato do repórter, queria saber “o quê” a equipe estava fazendo no campus, ao que o repórter respondeu que desejava entrevistar alunos. Noronha então perguntou: “Quem são os alunos? Eu quero os nomes”. O repórter disse que

não poderia fornecer os nomes e que precisava fazer a reportagem, e a autorização acabou por ser concedida.

O incidente, que se soma a diversos outros relatados por estudantes, é preocupante. Teria a Guarda Universitária competência para censurar a atividade de jornalistas no interior do campus? Quem lhe teria autorizado a fazer controle de quem é ou não é procurado pela imprensa dentro da USP?

Entendemos ser fundamental que a Reitoria esclareça o ocorrido e tome medidas para garantir e respeitar, na nossa Universidade, não só a liberdade de imprensa, mas também a liberdade de expressão e a livre circulação de idéias e opiniões.

Certos de vossa atenção, estamos no aguardo de vossa manifestação a respeito.”

“A Encruzilhada da América Latina”

De 17/9 a 19/9 será realizado no Anfiteatro de História da FFLCH o seminário internacional “A Encruzilhada da América Latina”, coordenado pelo professor Osvaldo Coggiola e organizado pelo Prolam-USP (Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina) e pelo Departamento de História da FFLCH.

Estarão presentes personalidades como o líder indígena Evo Morales, segundo colocado nas recentes eleições presidenciais da Bolívia. As inscrições são gratuitas, e devem ser feitas no Prolam (Rua do Anfiteatro, 181, no favo 1 das Colméias) ou na secretaria do Departamento de História da USP.

II SEMINÁRIO DOS PÓS-GRADUANDOS

Diretor da Fapesp minimiza a importância do mestrado

A Associação dos Pós-Graduandos (APG) realizou, de 27/8 a 29/8, no Auditório Jacy Monteiro, do IME, o II Seminário dos Pós-Graduandos da USP, com o tema “Os Rumos da Pós-Graduação na Universidade Pública”. Os debates realizados compreenderam questões que estão na ordem do dia da USP, como cursos pagos, fundações e financiamento à pesquisa, entre outros. A discussão sobre a Fapesp, no dia 29/8, suscitou grande interesse.

No dia 27/8, ocorreram os debates “Papel Estratégico da Universidade e Lutas Sociais” — que contou com a participação dos professores Jair Borin, Osvaldo Coggiola e Antonio Luis de Andrade — e “Autonomia e Financiamento: o Papel das Fundações na USP”, do qual participaram os professores Mauro Zilbovicius e Ariovaldo Umbelino, e o jornalista Pedro Pomar.

“Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada na Universidade Pública”, no dia 28/8, reuniu os professores Otaviano Helene, Wilson Barbosa e Reginaldo Ronconi e o pós-graduando Márcio Vilela. “Avaliação e Bolsas: Capes e CNPq” teve como debatedores os professores Fábio Bessa-Lima e Francisco Miraglia e o pós-graduando Wagner Romão.

No dia 29/8, “Cursos Pagos e Mestrado Profissionalizante: Rumo ao Fim da Pós-Graduação?” contou com a participação dos professores Ciro Correia, presidente da Adusp, João Zanetic, e do pós-graduando Gilberto Franco.

Nesse mesmo dia, no debate “Bolsas e Fomento: Fapesp”, o professor José Fernando Perez, diretor científico da Fapesp, defendeu a atual política de distribuição de bolsas e declarou que o mestrado já não é uma etapa essencial



Fotos: Daniel Garcia



Acima: debate sobre a Fapesp (no destaque, professor Perez). Ao lado, debate sobre cursos pagos



na formação do pesquisador brasileiro, como teria sido anos atrás. A discussão sobre a Fapesp e sua política de bolsas e fomento à pesquisa foi bastante movimentada.

Crítérios

O doutorando Luiz Felipe Silvério Lima, da FFLCH, abriu o debate reunindo suas críticas num breve histórico da instituição nos últimos quatro anos. Segundo ele, o ano de 1998 marcou o início do dismantling do apoio à pesquisa no Estado de São Paulo, que sofreu um grande corte dos financiamentos federais (Capes e CNPq). Isso teria sobrecarregado a Fapesp e desencadeado maior rejeição de pedidos e maiores exigências burocráticas.

O tempo de espera para se obter uma resposta aumentou. Lima criticou os novos critérios da Fapesp, entre os quais a avaliação do histórico escolar, dizendo que, além de restritivos, não analisam corretamente a capacidade do

pesquisador. A análise comparativa, observou, desautoriza o parecer do assessor.

Após os cortes das instituições federais, mesmo não atendendo à nova demanda, a Fapesp teria aumentado o apoio à pesquisa no Estado, mas esse aumento teria sido dado de maneira desproporcional, muito maior nas biociências do que nas humanidades. “Será que o número de alunos de biologia aumentou tanto assim?”, indagou o pós-graduando.

“Nada de novo”

O professor Perez iniciou sua explanação dizendo que a Fapesp é uma instituição dotada de autonomia, cuja receita está vinculada à arrecadação do Estado (1%), e que São Paulo é o único a cumprir o preceito constitucional de repassar recursos para as fundações de pesquisa.

O diretor da Fapesp negou haver privilégio para as biociências, dizendo que nunca houve reunião para definir

uma área privilegiada, e que o crescimento das ciências biológicas é mundial. O professor considera fundamental o fomento a outras frentes de pesquisa, que não as bolsas de iniciação e pós-graduação. Em 2001, o percentual investido nas bolsas teria sido de 35% do investimento total da Fapesp. Ele insistiu que não quer ver a instituição se tornar uma agência de bolsas.

A partir de 2000, segundo o professor Perez, a Fapesp passou a conceder bolsas em número igual ao daquelas que são encerradas. Afirmou que não há nada de novo no comportamento atual da Fapesp: a instituição apenas teria voltado a adotar os critérios de seleção utilizados até 1995.

“Pesquisa é pós-doc”

Ele defendeu o crescente incentivo ao doutorado direto e ao pós-doutorado. Sobre este, disse que é uma oportunidade para os recém-doutores, que normalmente não seriam contratados no Brasil e acabariam levando o talento para o exterior. Segundo ele, antigamente se fazia mestrado no Brasil e doutorado no exterior por não haver aqui orientadores qualificados para a demanda. Hoje, já existiria no Brasil uma base de pesquisa formada: “Pesquisa se faz com estudantes de ‘pós-doc’ e doutorado”, acrescentou o diretor da Fapesp.

Na fase de intervenções do plenário, alguns pós-graduandos leram pareceres recebidos por colegas, nos quais a negação do pedido era explicada vagamente. A análise da Fapesp foi criticada por não estabelecer razões claras para a negativa, já que o candidato à bolsa não teria como responder, uma vez que sequer sabia do que estava sendo acusado, ou seja, qual seria a falha em seu projeto.